

23 AGO 1996

GAZETA MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Herbert Victor Levy - Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy - Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy

Henrique Alves de Araújo

Roberto de Souza Ayres

Delacir Mazzini

Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

SEXTA-FEIRA, 23, E FIM DE SEMANA, 24 E 25 DE AGOSTO DE 1996

Econ. Brasil

O crescimento é a única opção

Não há melhor alternativa para o Brasil voltar a crescer a taxas compatíveis com as aspirações de sua população do que o fortalecimento de sua agricultura. Será pelo aumento substancial da renda do setor agrícola, gerador de empregos e de enorme efeito reprodutor sobre a economia, que o País se desenvolverá de forma equilibrada e consistente, sem crises de abastecimento interno de alimentos e dispondo de uma receita em divisas suficiente para manter em posição saudável as suas contas externas.

É a partir dessa constatação fundamental que deve ser vista a proposta do governo de retirada do ICMS sobre a exportação de produtos primários ou semi-elaborados. Na realidade, essa é uma decisão que o País tem de tomar agora e, se não o fizer, pode vir a pagar um alto preço. O noticiário da semana passada, de que o governo teria chegado a um acordo com os governos estaduais a respeito, fez com que os produtores rurais passassem a acreditar que a agricultura, finalmente, teria sido inscrita entre as prioridades do País, e é preciso fazer tudo para que essa expectativa não venha a frustrar-se.

Não se trata apenas de evitar a retenção de parte da produção agrícola que deveria ser exportada, o que prejudicaria a receita cambial neste momento. Até certo ponto, tem credibilidade a informação de que, na esperança de maiores ganhos, empresas estariam segurando suas vendas à espera da aprovação da medida pelo Congresso. Algumas podem fazê-lo, mas a grande maioria dos exportadores, descapitaliza-

dos, vai realizar, por absoluta necessidade, as vendas como anteriormente previsto.

Não está aí o maior prejuízo que pode advir para a agropecuária nacional e atividade exportadora em geral. Se o projeto não for aprovado logo, e corre sério risco de não o ser em face do retardamento de sua tramitação (só na próxima semana a Câmara dos Deputados irá resolver se deve dar-lhe urgência ou não), será inescapável a conclusão de que, apesar das propaladas intenções de seus governantes, o

Se não desonerasar as exportações, o País poderá estar se autocondenando ao atraso

Brasil não consegue deixar de ser um exportador de impostos.

Podemos compreender as resistências que vêm opondo ao projeto os governadores de al-

guns estados fortemente dependentes das receitas do ICMS sobre produtos primários ou semi-elaborados. O esquema proposto pelo governo central para compensação, embora dinâmico, não satisfaz alguns estados, que se vêm diante de conhecidas dificuldades financeiras. De sua parte, a equipe econômica tem de agir com cuidado para evitar que o sistema a ser implantado, que deve vigorar pelo período de alguns anos, até que o País aprove uma verdadeira reforma tributária, ocasiona uma elevação do déficit fiscal. A saída é cortar despesas, o que o governo se dispõe a fazer, não obstante seja tolhido por sérias limitações por não ter sido aprovada a reforma administrativa.

São grandes obstáculos, sim, mas que têm de

ser vencidos. Como afirmou o economista Fernando Homem de Mello, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, "a isenção do ICMS sobre as exportações é a mais importante medida de política agrícola dos últimos tempos". Com base nas cotações atuais das principais commodities, ele calcula que US\$ 1,5 bilhão poderia ser injetado no agribusiness brasileiro no primeiro ano de vigência e US\$ 2 bilhões a US\$ 2,5 bilhões nos próximos três anos.

Pode-se alegar que, como só ocorrer, os importadores de nossos produtos agrícolas, tendo ciência de que o custo FOB do produto baixou, tentariam tirar vantagem. Ou seja, as cotações das commodities poderiam cair em certa medida nas bolsas internacionais. É uma questão de força, um verdadeiro cabo-de-guerra, mas os exportadores nacionais sabem lidar com isso.

Contudo, mesmo dando certa margem para esse jogo, é certo que os milhões de reais que seriam destinados à agricultura nessa fase seriam decisivos para a sua capitalização em definitivo, projetando o Brasil permanentemente como um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas. Convém lembrar, a propósito, que as análises de todos os especialistas projetam uma poderosa demanda de alimentos nos próximos anos, à medida que se desenvolvem ou se abrem os grandes mercados da China, Índia, Rússia e outros países.

A opção a fazer é, portanto, pelo crescimento interno e pela afirmação nos mercados internacionais. Não podemos nos autocondenar ao atraso.